

Representações sociais, minorias ativas e mudança social: o diálogo da produção no Movimento dos Sem Terra em Tapes/RS

Social representations, active minorities, and social change: the dialogue of production in the Landless Workers' Movement in Tapes/RS

Naiara Machado da Silva¹, Pedrinho Arcides Guareschi², Aline Reis Calvo Hernandez¹

RESUMO: O artigo descreve e analisa mudanças nas representações sociais sobre os(as) trabalhadores(as) rurais Sem Terra do Assentamento Lagoa do Junco - Hugo Chávez Frias, que há 29 anos estabeleceu-se em Tapes, no Rio Grande do Sul, Brasil. Como principal referencial teórico propõe-se a aproximação entre a Teoria das Representações Sociais e a Psicologia das Minorias Ativas, elaboradas por Moscovici. A Teoria das Representações Sociais analisa os saberes cotidianos que, com a força do senso comum, vão forjando imaginários sociais. A Psicologia das Minorias Ativas deflagra a influência dos grupos dissidentes como propulsores de práticas inovadoras capazes de promover mudanças, para além da conformidade social. A pesquisa adotou abordagem qualitativa mediante estudo exploratório, descritivo e interpretativo. Para acesso e sistematização dos dados realizaram-se entrevistas em profundidade com as principais lideranças do Assentamento. Os resultados e discussões indicam que os(as) assentados(as) elaboraram estilos de comportamentos dissidentes e práticas consistentes, por meio de trocas de conhecimentos, experiências e ações proximais em relação à comunidade, influenciando em mudanças nas representações sociais. A capacidade de ação instaurada pelo Assentamento, partindo do diálogo pela produção, tornou-se instrumento de construção coletiva. Práticas agroecológicas, produção de arroz orgânico, organização da cooperativa, consolidaram um projeto contra-hegemônico no território rural, de enfrentamento aos problemas ambientais regionais. Conclui-se que: estilo de comportamento, capacidade de projeto e processos participativos concretizados pelo Assentamento produziram as mudanças representacionais e sociais. Por meio de processos participativos, inclusivos e decisórios novos arranjos comunitários e territoriais

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

² Universidade de Santa Cruz do Sul

estabeleceram-se, impactando diretamente na economia e recepção do Movimento na região.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Diálogo da Produção; Minorias Ativas; Representações Sociais; Mudanças Representacionais.

ABSTRACT: The article describes and analyzes changes in social representations of the rural workers of the Sem Terra (Landless Workers) movement from the Lagoa do Junco - Hugo Chávez Frias Settlement, which has been established in Tapes, Rio Grande do Sul, Brazil, for 29 years. The main theoretical framework proposed is the connection between Social Representation Theory and the Psychology of Active Minorities, developed by Moscovici. Social Representation Theory examines everyday knowledge that, through the power of common sense, forges social imaginaries. The Psychology of Active Minorities highlights the influence of dissident groups as drivers of innovative practices capable of promoting change beyond social conformity. The research adopted a qualitative approach through exploratory, descriptive, and interpretive studies. To access and systematize data, in-depth interviews were conducted with the main leaders of the Settlement. The results and discussions indicate that the settlers have developed styles of dissident behavior and consistent practices through exchanges of knowledge, experiences, and proximal actions concerning the community, influencing changes in social representations. The capacity for action established by the Settlement, starting from dialogue through production, became a tool for collective construction. Agroecological practices, organic rice production, and cooperative organization have consolidated a counter-hegemonic project in the rural territory, addressing regional environmental issues. It concludes that the style of behavior, project capacity, and participatory processes realized by the Settlement produced representational and social changes. Through participatory, inclusive, and decision-making processes, new community and territorial arrangements were established, directly impacting the economy and the reception of the Movement in the region.

Keywords: Landless Workers' Movement; Dialogue of Production; Active Minorities; Social Representations; Representational Changes.

1. Introdução

O presente artigo traz o exemplo de uma investigação que comprova o que poderia ser considerada a mais importante contribuição de Serge Moscovici (1978) na sua criação e aplicação da Teoria das Representações Sociais (TRS). Vai ao cerne da questão, pois, como veremos no referencial teórico, Moscovici, em seu livro seminal “A Representação Social da Psicanálise: sua imagem e seu público”, já no primeiro parágrafo, afirma que a especificidade das representações sociais (RS) é serem substâncias simbólicas, e o que as constrói é a prática que produz tal substância.

Arriscamos, nessa investigação, mostrar como é possível transformar representações sociais, pesquisando como, por meio de estratégias e práticas, os participantes de um Movimento Social - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - foram se legitimando e transformando uma representação negativa e discriminatória, apostando naquilo que o iniciador da Teoria das Representações Sociais apresenta como sendo essencial: seus estilos de comportamento, sua coerência, sua ética e sua autonomia, presentes nessas minorias ativas. O mais interessante e provocativo desse estudo, porém, que vem legitimar *a posteriori* o valor e a importância da teoria, é que os participantes da ação social não tinham plena clareza do valor transformador de sua experiência. O que se buscou foi relacionar ações e práticas explicitadas nessa experiência, através da pesquisa e da análise empíricas.

O local de referência da pesquisa foi o Assentamento Lagoa do Junco – Hugo Chávez Frias, que há 29 anos estabeleceu-se no município de Tapes, no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. E o interesse para estudar o tema em questão deve-se, em grande parte, à importância que a colheita do arroz orgânico está conquistando, tanto no aspecto de cultivo desse cereal, como de suas implicações no campo da ecologia e da luta para o uso mínimo de agrotóxicos.

No ranking da agricultura no Rio Grande do Sul, o arroz está em segundo lugar em valor de produção (superado apenas pela soja), e o estado é o maior produtor do cereal no país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). No entanto, como destacam Lindner e Medeiros (2023), o processo produtivo de arroz irrigado no modelo tradicional impacta a qualidade do solo e da água, em especial pelo uso intensivo de agrotóxicos, justamente na época de chuvas intensas, e pelas mudanças nos ambientes dos córregos e mananciais de água, como a drenagem das águas das lavouras para os mananciais no período da colheita. “Deve-se ressaltar, ainda, os efeitos sociais da concentração de terras e do uso indiscriminado de recursos hídricos, de caráter público, no acúmulo de capitais privados” (Lindner & Medeiros, 2023, p. 406).

Contrapondo-se a esse tipo de produção, o MST, por meio dos assentamentos, lidera há mais de dez anos a maior produção de arroz orgânico da América Latina, conforme o Instituto Rio Grandense de Arroz (Instituto Riograndense do Arroz, 2021). Estimando colher mais de 16 mil toneladas na safra de 2022/2023, em uma área de 3,2 mil hectares o Grupo Gestor do Arroz Agroecológico (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2023) divulgou que essa produção, envolve 352 famílias e sete cooperativas, em 22 assentamentos localizados em nove municípios das regiões Metropolitana, Sul, Centro Sul e Fronteira Oeste do estado.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, mediante um estudo exploratório e descritivo - buscando tipificar e descrever a variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial (Bauer e Gaskell, 2003) - e interpretativo. Para acesso e sistematização das informações foram realizadas entrevistas em profundidade com as principais lideranças do Assentamento. Considerando-se a pesquisa qualitativa um empreendimento autônomo de pesquisa, na perspectiva de Bauer e Gaskell (2003, p. 65), a entrevista qualitativa fornece dados básicos “[...] para o desenvolvimento e a

compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação”. Para eles, também como atores sociais, nós continuamente nos orientamos pelo contexto interpretativo.

Para sistematizar os principais achados, foram elaboradas categorias e subcategorias temáticas em relação à análise dos conteúdos emergentes das entrevistas (Bauer e Gaskell, 2003; Spink, 2010). A principal categoria analítica foi denominada “Práticas dissidentes e mudanças nas representações sociais” e, a fim de desenvolver uma análise pormenorizada dos conteúdos, essa categoria foi dividida em três subcategorias temáticas: 1. Mudanças e capacidade de adaptação; 2. Autonomia, trabalho e cooperação; 3. O diálogo da produção, sendo essa última uma relevante categoria de análise (Silva, 2018).

2. Aproximações entre a Teoria das Representações Sociais e a Psicologia das Minorias Ativas

A análise em questão tem como referência a Teoria das RS como iniciada e desenvolvida por Serge Moscovici. Suas obras mais importantes são, seu trabalho seminal: “A representação social da Psicanálise” (Moscovici, 1978), e a “Psicologia das Minorias Ativas” (Moscovici, 2011), além da coleção de artigos organizada por Gerard Duveen, publicada com o título “Representações sociais: investigações em psicologia social” (Moscovici, 2003).

As representações sociais constituem: “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2002, p. 22). A definição desta autora remete-se aos estudos de Moscovici ao centrar suas pesquisas no conhecimento do senso comum, do conhecimento prático, e de sua elaboração a partir dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, o estudo de Hernandez e Freitas (2017, p. 65) busca relacionar a Teoria das Representações Sociais e a Psicologia das Minorias Ativas: enquanto a

primeira “[...] propõe-se a evidenciar os saberes gerados no cotidiano pelas pessoas que compõem o senso comum”, a segunda “[...] pretende, ao desenvolver o conceito de minorias, mostrar a influência da minoria diante da maioria e sua potencialidade em promover a mudança em âmbito social” (Hernandez & Freitas, 2017, p. 65). Os argumentos das autoras constituem-se a partir da perspectiva de Moscovici (2011), evidenciando “[...] o caráter mutável das comunidades e dos indivíduos, nos quais estas mudanças vão sendo incorporadas nas representações sociais que são as formas de conhecimento que sustentam nossas relações e nossas vidas” (Hernandez & Freitas, 2017, p. 65).

Mas, certamente, a principal luz teórica que ilumina a presente investigação é o livro “Psicologia das Minorias Ativas” (Moscovici, 2011), publicado primeiramente em inglês em 1976, com o título “Influência Social e Mudança social”. Foi apenas após alguns anos que ele o publicou em francês, com o título “Psicologia das Minorias Ativas”. Na obra, o intuito do autor foi o de criticar a maior parte das teorias psicossociais da época que, a partir de seus pressupostos epistemológicos baseados no Funcionalismo e Positivismo, enfocavam as ações coletivas em normas emergentes, na conformidade e na homeostase social, evitando o conflito. Moscovici desvia o olhar à análise da dissidência, dos grupos que não se conformam, enfocando o conflito como fator central na propulsão da mudança social. Ao advogar por uma Psicologia das minorias ativas, Moscovici sublinha a importância da ação de representar-se, do poder das minorias sociais em ativar e (re)apresentar junto à esfera pública novas ideias, forjando imaginários ainda não consensuados.

Os pontos que são ressaltados explicitam que as RS são ação, são práticas. O livro é dividido em duas partes principais: a primeira faz uma análise crítica do Funcionalismo, teoria que, como ele mostra, está subjacente ao referencial teórico e à maioria das

pesquisas conduzidas em Psicologia Social, principalmente nos países de fala inglesa. Os pressupostos do Funcionalismo são os de que o mundo é um sistema fechado, que caminha inexoravelmente para o equilíbrio, pois acredita na existência de forças e leis determinantes que regem as sociedades e as próprias pessoas. Os gestos e os movimentos de discordância, de não conformidade com as regras e normas de uma instituição ou grupo são vistos e considerados como rebeldia, desvio de comportamento, agressão, que devem ser rejeitados, castigados e corrigidos.

Moscovici (2011) então parte das próprias pesquisas desses autores sobre conformidade e mostra que elas podem ser vistas de outro modo: como inovação e desejo de transformação e mudança. A não conformidade e a discordância revelam como a realidade não é determinada, terminada, mas em construção, e o conflito faz parte do fenômeno social. A partir daí, Moscovici vai mostrando como é necessária, e possível, uma outra teoria, a teoria da inovação, do ponto de vista genético (ou gênese dos processos sociais, em sua obra, sem viés biologicista), que possibilita a mudança. É aqui que se podem identificar as RS como prática, e uma prática que leva à mudança. Por meio de investigações, conduzidas por Moscovici, ele mostra que a produção da mudança social não advém somente das reflexões e da formulação de conceitos teóricos, mas da inovação da prática. E o que seria, e como se manifesta, essa prática?

Em sua discussão e análise, o autor vai mostrando que a prática é uma (re)apresentação. Uma prática é um comportamento, uma ação, que ele denomina de um estilo de comportamento. O estilo é um jeito, um método, uma maneira, isto é, uma prática. E quais os estilos que o autor vai propor, a partir de suas investigações? Ele aponta para três principais: a) a autonomia ou a consciência da própria identidade, isto é, a consciência de quem se é e do que se quer. Uma “independência de juízo e de atitude que reflete a determinação de agir segundo os próprios princípios” (Moscovici, 2011, p. 120);

b) a coerência e consistência no agir. Esse parece ser o mais central dentre os estilos de comportamento. Só é possível verificá-lo através do tempo e na comparação entre *o que se diz* com *o que se faz*; c) a justiça, equidade, que implica fundamentalmente “a preocupação de levar em conta a postura do outro” (Moscovici, 2011, p. 148), uma ética da alteridade.

As práticas são, pois, ações, são estilos. Como expresso por Moscovici (2011, p. 21) “até certo ponto, a representação que ‘está em lugar de’ pode também ‘agir para’, ou ‘agir em favor de’, ‘em lugar de’ aqueles ou aquilo que ela representa. O que elas fazem não se pode comparar com o que elas são”. Essas ações-práticas são estilos não apenas para se comunicar, mas também estilos para agir, atuar; estilos para se representar. A apresentação/representação de um novo estilo, de uma nova prática, faz com que uma nova representação seja elaborada e passe a exercer influência social, ainda que pelo dissenso com a representação instaurada (Moscovici, 2011; Guareschi, 2020).

No último capítulo do livro, intitulado “A dissidência de um só”, Moscovici (2011) faz uma análise detalhada do papel exercido por Solzhenitsyn, onde ele mostra que o estilo, a prática de um dissidente, materializada através de sua coerência, identidade e ética, foi tornando evidente uma nova atmosfera social, já tacitamente sentida por muitos, mas que não tinham coragem suficiente para se apresentar; e foi tal prática que possibilitou uma inovação, a mudança de toda uma nação. A história de Solzhenitsyn se dá no contexto da ex-União Soviética, quando ele acaba se tornando um preso político em função de incisivas denúncias aos ataques contra as liberdades individuais durante o regime comunista, em obras que se tornaram mundialmente referenciadas e influenciaram fortemente os debates e ações políticas que se sucederam.

3. Análises e Discussões: Práticas dissidentes e mudanças nas representações sociais

Desenvolvida no âmbito das representações sociais, a pesquisa que subsidiou a presente discussão destaca, dentre seus resultados, os aspectos relacionados à produção e distribuição de alimentos como uma forma de diálogo desenvolvida pelas famílias de agricultores com a população local do território onde se estabeleceram, no município de Tapes, Rio Grande do Sul. Trata-se de uma história que há 29 anos vem se construindo.

Constituído em 1995, o Assentamento Lagoa do Junco mantém como principal cultivo o arroz, às margens da Lagoa dos Patos, onde cerca de 30 famílias convivem e produzem alimentos. As famílias assentadas, em sua maioria, organizam-se a partir do modelo de cooperativas e integram a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes Ltda. (COOPAT), onde estruturam todo o ciclo econômico do arroz: produção, colheita, armazenagem, beneficiamento e comercialização.

No decorrer das entrevistas com Rosa e Cambará (nomes fictícios, de modo a preservar suas identidades), ao lembrarem suas histórias e lutas ainda durante o período no acampamento, que se estendeu por cerca de quatro anos, os(as) assentados(as) expressaram a importância dada a suas conquistas, primeiro da terra e depois do reconhecimento na comunidade, a partir do seu trabalho, da sua produção, o que consideram ter motivado um primeiro vínculo que foi estabelecido com a comunidade de Tapes.

Identificou-se que, para estes(as) assentados(as), integrantes do MST, esse território, além de uma conquista coletiva, de terra e trabalho, foi sendo significado como identidade, integrando-se à identidade dos Sem Terra, conservada por eles após décadas do Assentamento. Aspecto, este, que caracteriza o comportamento de autonomia ou consciência da própria identidade, como concebido por Moscovici (2011).

Nesse sentido, destacou-se nas entrevistas a relevante mudança sentida pelos(as) assentados(as), logo nos primeiros anos, em relação ao tratamento que haviam recebido de parte dos(as) moradores(as) da cidade de Tapes quando de sua chegada, marcado por preconceito e rejeição. Essa transformação evidenciou-se na satisfação expressa nos seus relatos, tanto de Rosa quando de Cambará.

Contudo, nas palavras dos(as) assentados(as), estão presentes as marcas da difícil experiência vivenciada por eles(as) logo após sua chegada, quando as relações da cidade com o Assentamento foram muito tensas, segundo Rosa “[...] a população mesmo, né, eles achavam que nós era um bando de baderneiros... que nós vinha aqui ocupar as terras [...]”. E enfatiza: “Na verdade, eles não tinham muita informação sobre o que era um assentamento... o prefeito foi muito contra”. Mas conta que, aos poucos, eles foram se acalmando. Enquanto os(as) assentados(as), por sua vez, “A gente entrou pra dentro e foi trabalhar, mas tinha assim aquele apavoramento, que vão ocupar, que agora vão tomar tudo de nós, vão tomar as casas, mas isso é coisa da cabeça de pessoas que não têm informação [...]”.

Como relata Cambará, “No começo era um problema sério, porque quando nós entrávamos na cidade de Tapes, tinha lojas fechando as portas: Tá chegando os baderneiros! Foi uma coisa muito ruim no começo, mas superamos tudo isso”. Na visão dele, essa transformação começou a partir do momento em que passaram a apresentar produtos para a cidade e, principalmente, a fazer feiras, em torno de cinco ou seis anos depois, mantendo a política prioritária de venda direta ao consumidor. Nas falas de Rosa e Cambará, evidenciam-se a coerência e a consistência no modo de agir, estilos de comportamento verificáveis através do tempo e na comparação entre o que se diz e o que se faz, retomando-se Moscovici (2011).

Cambará conta que houve um período em que vendiam frangos, ovos, pães, legumes, verduras e que chegaram a suprir 25% do consumo de frango no município e até 60% das verduras, entregando direto nos bairros, primeiro de charrete, carrocinha, e depois no “caminhãozinho que era um mercado ambulante”, nas palavras de Rosa. Nesse processo, contudo, como esclareceu Cambará, novas legislações impuseram uma série de adequações para que seus produtos continuassem sendo comercializados, exigindo investimentos que não tinham condições de despende e para os quais não havia programas de incentivo por parte do governo, ou mesmo demanda suficiente em proporção ao investimento necessário.

Essa foi uma dentre as muitas adaptações relatadas pelos(as) assentados(as). Nesse novo contexto, optaram por concentrar a maior parte da sua produção no arroz e no fornecimento de merenda escolar. Segundo relatado, apenas uma das assentadas mantém banca para venda direta de produtos no mercado público da cidade. Mas Rosa ressalta que o pessoal da cidade vai ao Assentamento comprar farelo, querela de arroz, ou mesmo visitar e que mantém muitas relações de amizade com pessoas da cidade. O que caracteriza, na perspectiva de Simmel (2006), relações que se baseiam também na sociabilidade, além da interação que se dá pela sociação, a partir de algum tipo de cooperação ou colaboração. Rosa percebe que há uma boa relação, tranquila, como define, entre os tapenses e os assentados, embora admita que ainda há pessoas que não os aceitam, mas considera “[...] tem os prós e os contras do Assentamento, isso sempre vai ter”. Destaca-se aqui o que Moscovici (2011) relaciona ao estilo de comportamento de equidade, a partir da preocupação de levar em conta a postura do outro, uma ética da alteridade.

Rosa também ressalta que, a partir da produção que desenvolveram dentro do Assentamento, a população começou a mudar sua percepção, “[...] a relação entre o povo

da cidade e do Assentamento melhorou muito”. Para ela, essa relação começou a mudar após cerca de um ano e meio ou dois depois de sua chegada ao Assentamento, a partir dessas interações, “[...] que o pessoal começou, oh, mas o Assentamento não é aquilo que nós pensava, então a gente reverteu com a produção.” Ela conta ainda que, com o projeto das casas do Assentamento, todo o material para a construção foi adquirido na cidade e “[...] todo mundo vendeu e todo mundo pagou... bah, deu movimento no comércio de Tapes.” E explica que assim começaram a fazer o debate com a sociedade: “Vocês sabem o que é um assentamento no município? Já imaginou, uma loja vender 36 colchão? Uma loja vender 36 fogão? E fomos colocando [o debate], daí tu ia pro mercado comprar também [...]”.

Compreende-se que a partir dessas interações, que evidenciaram à população as práticas dos(as) assentados(as), as representações sociais foram mudando e, conforme ressalta Cambará: “Então a nossa relação, hoje nós somos tapenses mesmo, considerados e respeitados [...]”, e ainda “Nós somos tapenses e integramos muito fácil, boas relações, nossos guris estão até participando de carnaval, de rodeios, umas coisas da região, muito forte, então não podemos nos queixar.” Cambará expressa o sentimento de pertencimento à comunidade, além da questão do reconhecimento dos(as) assentados(as) a partir da sua produção:

Então, eu me sinto assim porque a sociedade começou a entender e ela está olhando com outro olhar para nós, quando nós entramos aqui, há 22 anos, a sociedade de Tapes achou, nós temos tantos problemas em Tapes, agora vem mais uns baderneiros. Porque o MST, o Sem Terra era isso, e **nós mostramos na prática**. Primeiro, tu tem que mostrar produção para a sociedade, depois a organização e depois **você mostrar um projeto**. Hoje somos muito bem vistos na região, no município, e no estado. E eu não tenho dúvida, somos bem vistos na

América em todos os sentidos por causa de um projeto de um arroz orgânico (Cambará, grifos nossos).

Na perspectiva de Cambará, tal reconhecimento não se deve apenas à produção de alimentos, mas também à forma como ocorre essa produção e suas implicações, servindo como exemplo de que “é possível produzir arroz sem agrotóxico e sem química”. Conforme destaca Cambará: “Quando tu fala em arroz orgânico não é simplesmente botar um arroz, um grão de arroz no prato que é orgânico, é um processo, uma questão ambiental, de saúde, é um monte de questões que têm de ser adequadas”.

A partir da territorialidade construída, Cambará enfatiza aspectos relacionados à diversidade e à contribuição para o desenvolvimento da região vinculados à agricultura familiar, em contraponto ao sistema de latifúndio/monocultivo. Segundo ele, “[...] porque Tapes existe assim, a agricultura familiar ela quase não existe, aqui só tem latifúndio, né, nem tão grande, mas que tem aquela visão da produção em escala, produção totalmente maquinada”. Ele observa que, nos municípios da região onde existem muitos agricultores, há mais evolução, pois a agricultura familiar não produz apenas em uma linha de produção, tem diversidade, o que potencializa a produção. Em suas falas, reiteram-se os estilos de comportamento pautados na coerência, consistência e autonomia.

Tal aspecto vem ao encontro das discussões que colocam os assentamentos como uma resposta socioeconômica e política das famílias assentadas (Görge & Stédille, 1991; Fernandes, 1998), não apenas pela mudança na qualidade de vida conquistada pelas próprias famílias, mas também pelos impactos positivos nos municípios nas diferentes regiões em que se estabelecem, contribuindo para o desenvolvimento da economia local. Quanto aos relacionamentos institucionais, Cambará refere que, há mais de 20 anos, mantêm uma boa relação com a Prefeitura: “E nós hoje somos muito bem vistos, os

assentados, e bem reconhecidos pelas instituições municipais, pelas escolas, pela própria prefeitura, enfim, o conjunto da comunidade”.

Nesse processo, influenciou, ainda, a relação estabelecida entre o Assentamento e os tapenses a partir da escola, pois seus filhos passaram a estudar no município. Como relembra Rosa, no início as crianças sofriam muito preconceito na escola, porque eram Sem Terra, “[...] tudo isso a gente passou, mas foi uma fase... temos superado isso.” Cambará refere que, na época do estabelecimento, fez várias palestras em escolas sobre a importância da agricultura familiar e da reforma agrária, e conta que os alunos entendiam e depois explicavam aos pais. A seguir, o Assentamento pôde assumir o projeto de fornecimento da merenda escolar, no âmbito governamental (o assentado refere-se aqui ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que a partir de lei de 2009, determinou que ao menos 30% do valor repassado pelo governo federal seja investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (Brasil, 2024). Havia muitas disputas nas discussões, Cambará recorda que, na época, vieram entre 119 pessoas do acampamento e que a mídia, os jornais, diziam que não se podia aceitar receber Sem Terra porque havia pessoas sem terras na cidade; que se falava também de sindicatos que tinham a intenção de organizarem os sem terras da cidade para ocuparem aquela mesma área; e, para que não se efetivasse o Assentamento, segundo ele, a burguesia se valia da justificativa de que a área tinha restrições ambientais, seria “intocável”. Na sua perspectiva, evidenciava-se, assim, uma disputa pelo “latifúndio improdutivo”.

Na perspectiva de Cambará, os(as) assentados(as) foram trazendo o contraponto em relação às várias questões envolvidas, mostrando a importância da reforma agrária, do aspecto social, e que esta era uma área improdutiva. Ele lembra que receberam apoios importantes, como de professores e de instituições. E, aos poucos, foram convencendo e se aproximando das pessoas, da sociedade: “Mudou os parafuso das pessoas, se

apertaram, se afrouxaram, mas é assim que funcionou... então, a área foi improdutiva, mas hoje tem diversidade”.

Na avaliação de Rosa, o surgimento do MST, além de organizar os Sem Terra na busca pela obtenção de terra para produzir, desencadeou um processo de pressão para que os proprietários façam com que a terra cumpra a sua função social, de produzir alimentos. Em suas palavras: “A partir do momento que surgiu o Movimento Sem Terra, os fazendeiros botaram as fazendas a produzir também, porque viram que se não produzia a gente ia ocupar e ia produzir”. Tal consciência do papel assumido por si e pelo seu grupo de agentes da mudança, lutando por uma mudança social da realidade local, constitui o cerne do que distingue as minorias ativas na perspectiva de Moscovici (2011).

3.1. Mudanças e capacidade de adaptação

Aspecto ressaltado em diversos momentos nas entrevistas com os(as) assentados(as) relaciona-se à permanente necessidade de adaptação das famílias, tanto às condições e aos contextos locais, quanto à conjuntura social, política e econômica, mas sem abrir mão da coerência e consistência no modo de agir, de acordo com seus princípios. Segundo Cambará, a maioria dos integrantes do Assentamento eram oriundos do norte do estado, onde mantinham cultivos bem diferentes, e tiveram que buscar o conhecimento para o plantio do arroz, tendo contado com importante assessoria prestada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que: “[...] fez um bom trabalho com nós, senão nós ia plantar milho numa lagoa, feijão numa várzea, até dava, mas ia ter que ser treinado, todo um processo diferente, hoje nos adaptamos na planta do arroz e estamos colhendo bem”.

Nesse sentido, as potencialidades do território foram logo percebidas e aproveitadas, como a localização do Assentamento, por seu fácil acesso à cidade, à capital e à região metropolitana, o que possibilitou espaço para a comercialização dos produtos

e facilitou o acesso às feiras, além da participação no projeto de merenda escolar, o qual viabilizou que os(as) assentados(as) da região atendessem em torno de 400 a 500 escolas na grande região metropolitana, suprimindo um polo de milhões de pessoas, a partir de uma rede de assentamentos, descrita a seguir, como destacou Cambará.

Nas entrevistas, tanto Rosa quanto Cambará destacaram em diversos momentos o facilitado acesso à água como um grande diferencial no território. Segundo Rosa, “Para a produção do arroz a gente não tem dificuldade, porque a gente tem água, né, da Lagoa, tem toda uma estrutura”. Para Cambará, um território privilegiado: “[...] outro privilégio grande é que nós estamos numa riqueza natural que é a Lagoa dos Patos, toda a água que nós temos para a lavoura de arroz nós temos da lagoa”.

Rosa também citou que logo perceberam que a área de Tapes seria mais própria mesmo para o arroz, pois tem muita terra de areia, o sol prejudica muito e há dificuldade no cultivo de alimentos de produção sequeira como feijão, mandioca. “Tu tem que ter uma irrigação, nas terras onde for seca, porque é muita areia”. Ela ressaltou também que, no que se refere ao gado “[...] daí tem que ser um gado assim mais resistente também, porque quando dá chuvarada, alaga [...] mas a gente tá se adaptando, né, 22 anos, a gente já conhece todos os pontos fracos”. Nos territórios, como referido por Santos (2000), esses atores vão constantemente se adaptando às condições ambientais e ao meio geográfico local, enquanto recriam estratégias que garantam a sua sobrevivência.

Cambará explicou, ainda, que, na Costa Doce, há uma cultura bem diferente daquela do norte do estado do RS e do sul do estado de Santa Catarina, de onde vieram, e que, além da adaptação à realidade da terra, “[...] esse processo mexeu com a gente”. Seguindo uma ética da alteridade, foi necessário pensar sobre como se adaptar, pois, “É uma outra realidade, totalmente outra, então a gente se colocou, assim, tu tem que ter outra atitude cultural, tu tem que ter um outro visual, em termos de produção e até em

questão de cultura de pessoas [...]”. De início, foi uma preocupação, mas ele conta que pensou “[...] ou a gente, se apruma na realidade ou não dá certo”.

Dentre os muitos desafios enfrentados para seguir com a produção no Assentamento, Cambará destaca que há uma disputa em função do modelo tecnológico implantado na agricultura e que precisam despende grande esforço para acompanhar as normas para os orgânicos avaliadas por parte da entidade certificadora. Ele cita o problema da vizinhança, com a utilização dos químicos, desde as fazendas no entorno até os(as) assentados(as) que “[...] caíram nessa lógica, do capitalismo, do convencional, de excesso de química e problemas de saúde”. Assim, os(as) assentados(as) precisam reforçar as divisas, enfrentando ainda o dificultador dos agrotóxicos pulverizados por via aérea, pois nem todos respeitam os limites do seu território, segundo ele.

Cambará menciona também como dificuldade a descontinuidade provocada pela mudança para governos que não “olham” para os movimentos sociais e para a importância da agricultura familiar. Nesse sentido, Almeida (1997, p. 40) refere que, pelo contrário, visando a ampliar a “clientela” do desenvolvimento, “os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de ‘enquadrar’ os agricultores no ‘modelo’ de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização”. No que tange às políticas públicas, Cambará ressalta a “quebra” da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) como uma grave ruptura, por ter afetado programas que os auxiliaram muito na estruturação do sistema de comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos.

Como explica Cambará, nesse novo contexto, precisaram buscar outros “campos” e redirecionarem a sua forma de atuação, de modo a não pararem a produção. Como exemplo, em articulação com os municípios, voltaram-se mais para o suprimento da merenda escolar, (produzida principalmente no panificio localizado no Assentamento) a partir da lei que garante que, ao menos 30% desses alimentos, deve ser oriundo da

agricultura familiar. Também, pela busca de outros mercados como Rio Grande, Pelotas e toda a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Cambará refere que, na Cooperativa, têm buscado melhorar sua infraestrutura e investir também em equipamentos, como estratégia de facilitar o trabalho, pois os(as) agricultores(as) do Assentamento estão na média dos 50 anos de idade, são poucos(as), e os(as) jovens estão estudando, o que limita a força de trabalho para a prática como era realizada antigamente. A sucessão no campo se mostra, de forma recorrente, um motivo de preocupação. A esse respeito, Rosa identifica uma evolução positiva em função do retorno para o Assentamento de jovens que saíram para estudar. Conforme destaca: “A gente trabalha a questão das agroindústrias na sucessão, porque daí tu tem trabalho, só na lavoura de arroz não vai trabalhar todo mundo”. Na lavoura há a limitação das atividades, de plantar e colher, e também do trabalho se concentrar no período da safra. Já na indústria, há os que trabalham no engenho de arroz, para secar, descascar, carregar no caminhão, e os que trabalham na padaria. Assim, geram trabalho e renda. “Precisamos muito de mão de obra e os filhos ficam no Assentamento porque tem trabalho”.

Ao abordar a conjuntura política e econômica do país, de corte de recursos e desmonte das políticas públicas voltadas ao pequeno produtor e à agricultura familiar, Cambará identifica que há um projeto em curso, que privilegia o agronegócio, e reconhece um alinhamento entre esses poderes: “Tu mexer com latifúndio é mexer com abelheira, tu mexeu com o latifúndio, mexe com o poder Judiciário, tu mexe com latifúndio, é problema do Estado, e como eles têm a mídia na mão, é fácil desmontar nossa organização.” Nessa concepção, a mídia figura como aliada a essas forças contrárias e, portanto, como oponente às suas causas, conforme abordado na pesquisa que embasa o presente artigo. Retoma-se então o questionamento: Como mudar uma representação

social? No âmbito da mídia, como abordado por Guareschi (2010, p. 88), “há uma guerra de representações”.

Na sequência, Cambará complementa de forma propositiva, “[...] mas a luta é que faz a coisa, nós não vamos parar de lutar, somos assentados e nos consideramos MST.” Nesse posicionamento, ele assume um papel autônomo e ativo, de confrontação do poder instituído e de agente de mudança dessa realidade, na condição de assentado e de integrante do Movimento. Em sua postura, se identificam aspectos distintivos das minorias ativas, como a consciência do seu papel nessa realidade e a ação voltada à mudança social. Inclusive, em relação à mídia dominante, os(as) assentados(as) manifestaram sua descrença, por discordarem das distorções promovidas por ela em relação aos conteúdos do MST. Tanto Rosa quanto Cambará destacaram as suas próprias mídias, o jornal do MST e as redes de informações do Movimento, como fontes de informação para subsidiá-los em suas decisões e análises da conjuntura. Nesse sentido, já que a mídia não os representa, então eles (como Movimento) constroem seus próprios canais e veículos de representação. Nas palavras de Rosa, “A gente sempre está em movimento”.

Além das disputas e mudanças sociais desencadeadas com o estabelecimento do Assentamento no município, se evidenciou nas entrevistas a questão da territorialidade construída como elemento chave para a sua permanência e consolidação. Ao expressar seu sentimento em relação ao lugar, Rosa refere: “[...] tu tem água, todo mundo bebe da mesma água [...] a convivência é muito boa, toda a vizinhança, eu não me veria em um outro lugar a não ser morar em uma agrovila, porque é muito bom, onde todo mundo se entende.” Apreende-se, de suas palavras, o prazer experienciado em função do compartilhamento, do espaço e dos recursos. E, ainda, um profundo sentimento de

identificação com esse modo de vida, na medida em que ela “se vê” a partir desse espaço de convivência construído por eles.

Rosa também relaciona lugar e identidade à questão da autonomia, quando expressa que: “A gente se sente bem porque foi uma área, assim, que a gente conquistou, antes disso, a gente era sem terra, a identidade nossa é Sem Terra, mas a gente não tinha terra e trabalhava de meia, de meeiro.” Expressa-se aí o sentimento de conquista coletiva, da terra e do trabalho. E a consciência de se reconhecer como Sem Terra. Identifica-se que, embora assentados(as) há décadas, os entrevistados mantêm a relação de pertencimento ao grupo dos Sem Terra. Ao conservarem o sentido comum da luta pela terra e pela reforma agrária, eles alimentam esse substrato, como referido por Guareschi (2005), de pessoas-relações que formam o grupo.

Sob uma perspectiva relacional e social, ao falar do seu sentimento em relação ao lugar, Cambará também se manifesta quanto ao coletivo. Conforme explicitado, nas palavras dele: “Eu me sinto e me considero uma pessoa, no sentido que a gente queria quando foi pra luta, consolidada.” E complementa: “Porque hoje a gente mostra para a sociedade da importância de se ter uma organização e que um novo tipo de cooperativa é possível”.

Na perspectiva de Cambará, o que os fez se firmarem foi o fato de conviverem no coletivo, “eu sozinho tenho certeza que não ia aguentar.” E volta a destacar que tiveram que mudar radicalmente, pois passaram do morro/pedra ao banhado e do milho/feijão ao arroz. Assim, para ele: “Nós fizemos o lugar, isso era tudo uma tapera, nós fizemos o Assentamento.” Ele entende que o espírito de grupo os fortaleceu e consolidou, pois vieram com suas famílias e que, no grupo, “[...] se tornam uma família de novo”. Nessa forma de se relacionar com o território expressada por ele, se evidenciam os sentimentos e os simbolismos atribuídos ao lugar, como estudado em Santos (1998), de modo que a

sua apropriação desse território passou, de fato a se associar à identidade do grupo e à “afetividade espacial”.

3.2. *Autonomia, trabalho e cooperação*

A cooperação nas interações e na organização dos(as) assentados(as) se destacou como elemento constitutivo da sua autonomia, como apreendido nas entrevistas. Segundo Cambará, já no acampamento, por meio de discussões coletivas, foi se construindo a ideia de uma cooperativa e foram procurando mais famílias que compartilhassem desse entendimento. Na visão dele, “a gente discutiu e viu que se nós continuar com um sistema individual a gente volta a ser sem terra bem ligeiro”. Assim, criou-se a COOPAT, Cooperativa local à qual integram os participantes da pesquisa. Desse modo, grande parte da área conquistada passou a ser explorada coletivamente por meio da Cooperativa, que integra os lotes destinados à produção do arroz orgânico, em torno de 130-140 ha. de terras.

Rosa destaca o sistema de cooperativas como o responsável pela autonomia que conquistaram, ao conseguirem dar conta da cadeia completa de produção: plantio, colheita, industrialização e comercialização. “Tudo é produzido no coletivo”, diz ela. Na administração, há uma coordenação da Cooperativa, a secretaria, o financeiro/jurídico. Ela explica que nem todas as famílias assentadas fazem parte da Cooperativa, algumas têm seu trabalho individualmente, cada uma no seu lote, mas que, de um modo geral, é tudo muito tranquilo, tem uma “boa vizinhança”. Ela também relaciona a cooperação à forma como vivem, em uma agrovila, pois, dentre as diversas atividades, todos fazem parte do Assentamento e, quando necessário, trocam serviços, firmam parcerias.

Em relação aos integrantes do Assentamento e do Movimento Sem Terra, Rosa percebe uma evolução educacional, destacando que agora já têm pessoas formadas em áreas como Jornalismo, Veterinária, Agronomia, Pedagogia, Geografia e “[...] temos

médicos que foram para Cuba, que estão trabalhando”. Ela vinculou essas melhorias à criação de projetos públicos de fomento à Educação do Campo, em parceria com universidades e instituições de ensino, em que “[...] o povo do MST ajuda a coordenar as turmas”.

Evidencia-se, dessa forma, que o modo de organização e a prática da cooperação contribuíram para a conquista de autonomia e valorização pessoal e social por parte dessas famílias, o que é compreendido por eles na medida em que expressam seus avanços sociais, educacionais, laborais, sob uma perspectiva de coletivo. No Assentamento, as famílias que integram a COOPAT residem em forma de agrovila. Há um refeitório coletivo, coordenado principalmente pelas mulheres, que fornece a maior parte das refeições diárias. Há ainda um espaço de convivência para os(as) trabalhadores(as) e suas famílias. Ali também se situa a unidade de processamento e panificação, local onde os(as) moradores(as) da cidade podem adquirir os produtos cultivados e processados no Assentamento.

A Cooperativa, já a partir de 1999, iniciou a transição da produção no Assentamento para um modelo agroecológico, por meio do cultivo de arroz orgânico e em 2002 formou-se regionalmente o Grupo Gestor do Arroz Agroecológico, o qual passou a integrar. Hoje, essa rede do MST, composta por 22 assentamentos distribuídos pelo estado, vem destacando o Rio Grande do Sul na posição de maior produtor de arroz orgânico da América Latina, segundo dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), como ressaltado por Sperb (2017).

Ainda, quanto à cultura de organização que se havia instaurado já entre os acampados, Cambará destaca este como aspecto chave no desenvolvimento do trabalho, também na fase pós-assentamento. Ele conta que, nos acampamentos, procurava-se dividir o pessoal por setores, de Produção, Formação, Saúde, Educação. Lembra que um

dos acampamentos dos quais participou tinha mais de mil famílias, em torno de 4,7 mil pessoas. E volta a destacar o esforço dedicado na função de se organizarem, compensado pela vantagem de compartilharem problemas e dificuldades, resolvendo-os juntos, ao invés de cada um individualmente. Ele explica que, no período do acampamento, amadureceram a ideia da Cooperativa, pesquisaram as possíveis formas e foram reunindo as pessoas interessadas. Assim, foram para a terra com um passo dado, podendo direcionar suas preocupações para o projeto de construção da vila, de moradias, instalação de luz elétrica, água, entre outros, tudo construído de modo colaborativo. Na perspectiva das minorias ativas, Moscovici (2011) propõe que a mudança social envolve um projeto, uma ação consistente e persistente, que sobrevive ao tempo e, ao denotar resultados positivos (como no caso da Cooperativa), acaba influenciando outros grupos sociais.

Tais modos de se relacionarem coletivamente, manifestados nas entrevistas, foram cultivados e se refletem hoje não apenas nas configurações de organização para o trabalho, mas também nas demais interações e relações do(as) assentados(as) na sua comunidade. Dentre os significados que emergem nessas manifestações, destaca-se o fato de que os(as) assentados(as), quando falam de si, da sua vida, é sempre em relação aos coletivos, como a agrovila, as escolas, os encontros. Explicita-se o social sob uma perspectiva de relação, que, conforme Guareschi (2010, p. 80), “[...] constitui o processo de mediação na complexidade entre o mundo interno e o externo, entre o individual e o coletivo, entre o psíquico individual e a realidade psíquica social externa”.

3.3. O diálogo da produção

Como referenciado, o que constrói uma representação social e o que faz mudar uma representação são os estilos de comportamento, é uma prática, por isso podemos afirmar que, para além de simbólicas, as representações são materiais e práticas.

Nesse sentido, a partir da produção, comercialização e distribuição de alimentos, evidenciou-se o caminho que vem sendo trilhado pelos(as) assentados(as) de Tapes, em consonância com as diretrizes do MST, na busca de alternativas de produção que incluam os(as) trabalhadores(as) e suas famílias, valorizem e resgatem os diferentes saberes das populações do campo e impactem positivamente na comunidade e na sociedade.

No que tange à produção, destaca-se a grande capacidade de adaptação por parte dessas famílias para continuarem produzindo e sobrevivendo no (e do) campo. Tal fato foi evidenciado também quando os entrevistados relataram as diversas fases pelas quais passaram no Assentamento, tendo de adaptar a forma de produção e de comercialização dos produtos de acordo com a conjuntura, local, regional e nacional.

Conforme relataram Rosa e Cambará, no início tentaram reproduzir cultivos que produziam em seus lugares de origem, o que logo mostrou-se infrutífero. O período em que estavam mais voltados à venda direta ao consumidor local foi muito importante, em especial por proporcionar uma aproximação dos(as) assentados(as) com os tapenses, nessa fase em que se mostrou uma maior resistência quanto ao Assentamento no município. No período seguinte, tiveram que ir reestruturando as suas atividades e a forma de comercialização em função das muitas exigências legais existentes para os produtos agroalimentares. Trabalhavam com uma grande diversidade de produtos, não sendo viável disporem dos investimentos exigidos para a manutenção de cada uma dessas produções dentro das normas necessárias. Manteve-se, assim, o arroz como produto base e, paralelamente, foram desenvolvendo e fortalecendo o projeto do arroz orgânico, como referido a seguir. Houve experiências também em rizipiscicultura (sistema sustentável caracterizado pelo cultivo consorciado de arroz irrigado e criação de peixe), mas, segundo Cambará, nesse ambiente, o método se mostrou pouco eficiente e de difícil controle em função da ligação com a lagoa.

Em decorrência de restrições nas políticas públicas e cortes de verbas para os projetos existentes, a partir do golpe que derrubou o governo da presidenta Dilma Rousseff (PT - Partido dos Trabalhadores), Cambará destaca que foi necessária também uma reorganização das atividades no Assentamento, a fim de focarem os esforços na produção e na logística de distribuição da merenda escolar, o que lhes garantiu incremento de renda e também fluxo de trabalho em outras funções, além da lavoura. Evidencia-se aí a vulnerabilidade dos pequenos produtores rurais em relação às políticas de governo, o que Cambará explicita de modo mais amplo ao relacionar os campos de forças presentes no seu contexto, como assentado e integrante do MST. Cambará critica as políticas:

[...] dos governos de direita, que só falam em agronegócio, que, para nós, não respeita nada, nem o ser humano, uma ganância, detonação de tudo, questão ambiental, é uma ganância, e une o governo, são dez ou meia dúzia de grandes produtores e, **acha que o mundo tem que engolir, que a sociedade tem que engolir** (Cambará, grifo nosso).

Cambará cita a cidade de Tupanciretã/RS, que é campeã na produção de soja transgênica, como um exemplo de que o projeto do agronegócio, que combina monocultivo e latifúndio, não reverte em desenvolvimento local e bem-estar para a população. Ele percebe que, em Tapes, ainda predomina uma visão que privilegia a produção em larga escala, totalmente maquinada e com uso intensivo de agrotóxicos.

Nesse sentido, Cambará resgata o caso da fazenda que ocuparam no município de Tapes, que estava sinalizada pelo MST como um latifúndio improdutivo, pois pertencia a um proprietário que detinha sete fazendas, todas hipotecadas ao Banrisul, e as arrendava para um terceiro, que contratou as sete famílias que trabalhavam nas terras quando estas foram desapropriadas (estas famílias puderam permanecer no local após a desapropriação).

A imposição do modelo de desenvolvimento dominante no meio rural, para Almeida (1997), provoca a desvalorização de todas as formas de produção que não estejam calcadas nesse modelo, pois é nele que se baseiam os parâmetros de sucesso para avaliar as unidades produtivas, pois: “[...] a noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também como *universal*. O desenvolvimento é um bem para todos os lugares. É por isso que foi pensado e aplicado de maneira uniformizante” (Almeida, 1997, p. 37, grifo do autor).

Em contraposição a esse modelo, Cambará defende que a agricultura familiar não se limita a uma linha de produção, e pode, sim, resultar em produção abundante, em função de ter muitos agricultores envolvidos e, desse modo, alcançar diversidade. Ele volta a destacar o fato de que, onde existe agricultura familiar, os municípios evoluem muito mais.

Cambará aborda ainda sobre o corte de recursos por parte do governo federal a partir de 2016, com Michel Temer (MDB - Movimento Democrático Brasileiro), como forma de dificultar ou impedir o crescimento das suas indústrias, e assevera “[...] derrubaram a Dilma porque ela apoiava os movimentos sociais, ela tinha políticas voltadas à agricultura familiar.” Como referido, ele identifica um alinhamento de poderes entre os latifundiários, o Estado, o Judiciário, que controlam também a mídia. Assim, “[...] os recursos estão sendo cortados porque eles não querem que a nossa indústria evolua, então é mais fácil investir em uma empresa multinacional aí, que fica 20 anos explorando, depois vai embora [...]”. Mas logo ele se manifesta destacando a luta e a resistência do povo do MST em oposição a essas forças.

Nas falas de Cambará, expressa-se o sentimento de realização pela forma de produção que desenvolvem no Assentamento. Como esclarece, o trabalho de plantar alimentos orgânicos é desenvolvido no dia a dia, as técnicas e soluções têm de ser

descobertas, pois variam de acordo com o local e suas condições, é uma dinâmica de tentativa e erro, em que “ninguém vai te dar a solução”. Tal perspectiva evidencia uma troca de experiências, que se dá não apenas entre os(as) assentados(as), mas também entre assentamentos, que vai auxiliando na construção do conhecimento relacionado aos sistemas de produção orgânico e agroecológico. Cabe esclarecer que, embora os conceitos de orgânico e agroecológico sejam frequentemente confundidos, há uma importante distinção, conforme Von Der Weid (2009), pois os sistemas de certificação dos produtos orgânicos em geral concentram-se apenas em definir aquilo que não pode ser utilizado para que se atribua a qualidade orgânica ao produto. Já na Agroecologia, a prioridade é a qualidade dos processos de produção, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis.

Desse modo, a partir dessa troca de experiências vivenciada nos assentamentos, dá-se uma confluência entre saberes de diferentes tipos (contextuais com tecnológico-científicos), conforme aborda Jovchelovitch (2008), uma polifasia cognitiva, em que não existem saberes “puros” ou superiores, mas misturados a partir de diferentes formas de produção (cognições) e aprendizagens (experiências). Esses saberes abrangem práticas que envolvem desde a escolha dos cultivos mais adequados, conforme as características da região e as condições ambientais de cada espaço, até o preparo do solo, o plantio, o manejo, o controle de ameaças.

Mas vai além. Ao abordar a epistemologia local do saber-fazer, Woortmann (2009), no artigo “O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações”, aponta para uma expressão sofisticada da relação entre pessoas e ambiente, que se manifesta, além das dimensões técnicas, em princípios morais, havendo reciprocidade entre os polos do triângulo Deus, Homem, Terra, de modo que o trabalho das pessoas implicaria “[...] respeito para com a terra (e a natureza em geral) esperando dela aquilo

que ‘ela pode e quer dar’, em especial os alimentos que é capaz de produzir.” (Woortmann, 2009, p. 119). Na perspectiva da autora, não se deveria forçar a terra a produzir o que não for da sua vocação.

A lógica simbólica da lavoura camponesa, para Woortmann (2009, p. 123), expressa-se em uma ética de equilíbrio, a partir de uma pessoa relacional que representa a família e “[...] gerencia um bem patrimonial que deve ser transmitido de uma geração para as gerações futuras, juntamente com o cuidado com a natureza.” Nessa concepção, a terra, pertencente a Deus, em uma última análise, é compreendida como patrimônio de uma família, e não propriedade mercantil de um indivíduo. Em relação à terra, ela refere que o próprio termo “proprietário” não é reconhecido por esses(as) sitiantes, pois eles(as) o compreendem como aplicado a uma categoria de grandes fazendeiros que auferem lucros com o trabalho dos outros, enquanto “nos termos dos valores camponeses, alguém é ‘dono’ por efeito do ‘trabalho, pelo suor nela investido’” (Woortmann, 2009, p. 123).

Nessa sabedoria camponesa, expressam-se valores de justiça e equidade nas práticas relativas à terra e uma ética de cuidado com a natureza, tema que foi evoluindo no Assentamento. O compartilhamento de saberes evidenciado pelos(as) assentados(as) participantes da pesquisa possibilitou uma evolução nas suas práticas e uma melhor compreensão dessas dinâmicas e interações, além de auxiliar na redução dos riscos incorridos nas experimentações que aplicaram aos seus cultivos. No Assentamento, Cambará conta que experimentaram um processo de transição para o sistema orgânico, tendo que superar as divergências de opiniões, elaborando cálculos, projeções e comparações entre os diferentes sistemas, pois “tem que convencer na prática, porque convencer no martelo não funciona”. Mais uma vez, Cambará destaca a capacidade da ação inovadora como força motriz de mudanças representacionais e, conseqüentemente, sociais.

Dentre as dimensões envolvidas nas discussões rumo a essa inovação, foi relevante a preservação da saúde dos agricultores do Assentamento, que, como referiu Cambará, “[...] não queriam mais veneno”, fato que também foi destacado por Rosa. Ele explica que a ideia foi evoluindo, iniciaram o processo do cultivo de arroz orgânico com 10 ha, passaram para 50 ha, depois, no terceiro ano, já passaram para 150 ha. Dessa forma, foram ampliando o sistema, a partir da tomada de consciência por parte dos próprios agricultores. Lembra que chegaram a um ponto em que, “[...] quando vinham chamar para ‘banderear’, ninguém queria”, visto ser esta uma função que fragiliza muito o trabalhador, realizada por pessoas que sinalizam com bandeiras os locais por onde deve passar o avião que pulveriza os agrotóxicos. Os participantes referem o caso de um rapaz que passou muito mal na lavoura enquanto realizava essa atividade, manifestando feridas e diversos problemas de saúde posteriores.

A partir dessas vivências, os(as) assentados(as) de Tapes passaram a protagonizar as primeiras experiências de produção orgânica de arroz nos assentamentos, e no estado, articulando-se e contribuindo de modo fundamental à formação da rede que hoje organiza toda a cadeia de produção. A partir dessas experimentações, a tecnologia foi disseminada aos demais assentamentos por meio de dias de campo, troca de experiências, cursos e seminários.

Entre os integrantes das cooperativas, como destaca Cambará, há muitas trocas, de serviços, produtos, favores; como exemplifica, fornecem arroz a uma das cooperativas em troca de suco, intercambiando suas produções: “É câmbio, funciona”. Além das vantagens relacionadas à saúde, bem-estar e preservação ambiental, ele identifica, por sua experiência, uma vantagem financeira, comparativamente ao sistema convencional, pois quem planta o arroz orgânico, ganha um pouco mais. Dependendo da qualidade, aumenta em torno de 15% por saco de arroz em comparação ao arroz convencional.

Conforme referido, a conquista de reconhecimento pela comunidade a partir da produção foi um tema recorrente nas entrevistas. A evolução dessa produção para um cultivo orgânico mostrou-se um motivo de orgulho por parte desses(as) assentados(as), que percebem um valor intrínseco nessa forma de cultivar alimentos. No contexto do Assentamento deve-se considerar o espírito inovador nesta iniciativa pois, se hoje os alimentos orgânicos constituem um atrativo mercado no Brasil, quando esses(as) agricultores(as) iniciaram tal experiência, ainda nos anos 1990, essa forma de cultivo era pouco conhecida e valorizada, distanciando-se do conhecido padrão de produção e envolvendo uma série de riscos.

A decisão por essa forma de cultivo, como relatado, foi motivada fortemente em função de reduzir os danos ambientais e de saúde que vinham sendo observados e impactavam seriamente o bem-estar dos(as) assentados(as) e de suas famílias. A partir da evolução dessa experiência, os(as) assentados(as) puderam aplicar princípios de sustentabilidade com os quais tinham afinidade no campesinato.

Evidencia-se nesse artigo o diálogo da produção, que foi estabelecido a partir da ação e das práticas dos(as) assentados(as), com consciência, coerência e consistência no agir. Hoje, a agroecologia insere-se como um valor agregado aos produtos do MST, que entram em diálogo com o mercado a partir de um “novo” mercado, que é atraente. Conforme discute Borsatto (2013), o Movimento veio gradativamente evoluindo de um discurso de coletivização e fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas para a defesa da produção agroecológica. Além de questões conjunturais, o autor relaciona a formação da Via Campesina (criada em 1992) como importante fator dessa mudança, em função de ter ampliado o “leque” de relações institucionais do MST, colocando as suas lideranças em contato com outros movimentos sociais internacionais,

os quais já haviam incorporado a questão ambiental em sua pauta e agregado novos referenciais teóricos.

O autor conclui que a agroecologia, para o MST, “[...] vai muito além da dimensão produtiva, agregando forte questionamento político” (Borsatto, 2013, p. 645). E aponta que o discurso agroecológico dentro do MST vem muito vinculado a duas outras temáticas afins: a soberania alimentar e a luta contra o agronegócio. Questionam-se, assim, as próprias bases do sistema capitalista. O MST posiciona-se, desse modo, como um importante agente de contestação do modelo dominante na agricultura e no meio rural.

4. Considerações finais

A partir da pesquisa realizada e das discussões apresentadas, o artigo evidencia que foi a prática dos(as) trabalhadores(as) rurais Sem Terra e sua capacidade de formulação de um projeto consistente o que levou à mudança nas representações sociais sobre os(as) assentados(as) de Tapes/RS.

A explícita mudança nas RS sobre o Assentamento e sobre os(as) assentados(as) possui relevância ideológica, política e, fundamentalmente, ética, para além da acadêmica. Houve uma transformação nas RS da população, que não se deu por meio de discursos, doutrinação, palestras, mas, essencialmente, através de uma prática proximal, participativa e persistente. A dimensão da ação foi sendo construída aos poucos, e em diferentes lugares, na feira, na escola, nas idas à cidade, nas lojas, e foi tangenciada por dificuldades, discriminações, boatos e preconceitos. Todavia, explicitou-se que não há o que resista a uma prática coerente, perseverante, ética e autônoma (consciente e consistente).

O estilo de comportamento desses(as) trabalhadores(as) foi levando às inúmeras mudanças – que começaram na própria dimensão material e econômica, ligada a uma nova técnica de trabalho: a produção de arroz orgânico e a organização da cooperativa.

Essa capacidade de formular e desenvolver um projeto coletivo é, também, uma forma de (re)apresentar à esfera pública uma nova maneira de viver com dignidade, participação e em respeito e comunhão com a terra.

Trata-se de um estilo de comportamento de minoria ativa em ação, pois como destacado ao longo do artigo, o diálogo da produção estabelecido a partir da ação prática dos(as) assentados(as), com consciência, coerência e consistência no agir foi transformando a visão e as relações com as pessoas da cidade. As relações face-a-face, as relações de trabalho e as trocas de conhecimento foram construindo novas representações sociais sobre os assentados, o Assentamento e sua forma de vida.

A evolução da produção para o cultivo orgânico se tornou um valor importante para os(as) assentados(as), que protagonizaram as primeiras experiências de produção orgânica de arroz nos assentamentos, e mesmo no estado do RS. Essa articulação contribuiu de modo fundamental à formação da rede que organiza uma cadeia de produção que, há anos, vem situando o MST como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. Nesse caminho, os(as) assentados(as) seguem num processo de construção do conhecimento agroecológico, de contribuir como produtores de conhecimentos, técnicas, alimentos e soberania alimentar. Eles e elas se fortalecem a partir da identidade, das redes que vão formando e, em especial, das práticas que no dia a dia vão transformando a realidade.

Em suma, os resultados e discussões indicam que os(as) assentados(as) elaboraram estilos de comportamentos dissidentes e práticas consistentes, por meio de trocas de conhecimentos, experiências e ações proximais em relação à comunidade, o que influenciou em mudanças nas representações sociais. A capacidade de ação instaurada pelo Assentamento, a partir do diálogo pela produção, tornou-se instrumento de construção coletiva. As práticas agroecológicas, a produção de arroz orgânico, a

organização da cooperativa, consolidaram um projeto contra-hegemônico no território rural, de enfrentamento aos problemas ambientais da região. Conclui-se que foi o estilo de comportamento, a capacidade de projeto e os processos participativos levados a cabo pelo Assentamento que produziram as mudanças representacionais e sociais. Por meio de processos participativos, inclusivos e decisórios, novos arranjos comunitários e territoriais foram estabelecidos, impactando diretamente na economia e na recepção do Movimento na região.

Referências

- Almeida, J. (1997). Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In Almeida, J., & Navarro, Z. (Orgs.), *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável* (1ª ed., pp. 33-55). UFRGS.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Eds.). (2003). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (2ª ed.). Vozes.
- Borsatto, R. S., & Carmo, M. S. (2013). A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(4), 645-660. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>
- Brasil. (2024). *Sobre o PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. <https://www.fnde.gov.br/lccr/pnae.html>
- Fernandes, B. M. (1998). A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. *Revista NERA*, 1(1), 2-44.
- Görgen, F. S., & Stédille, P. (Orgs.). (1991). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Vozes.
- Guareschi, P. (2020). “A representação é muito mais que uma representação – Uma aproximação ontológica à Teoria das Representações Sociais”. *Evangraf*.
- Guareschi, P. (2010). Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In P. Guareschi, A. R. C. Hernandez, & M. Cardenas (Orgs.), *Representações sociais em movimento: Psicologia do ativismo político* (v. 1, pp. 77-91). EDIPUCRS.
- Guareschi, P. (2005). *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. EDIPUCRS.

- Hernandez, A. R. C., & Freitas, C. D. R. (2017). A relação entre a Teoria das Representações Sociais e a Psicologia das Minorias Ativas no contexto de efervescência política no Brasil. In Roso, A. (Org.), *Crítica e dialogicidade em psicologia social: Saúde, minorias sociais e comunicação*. Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência-Editora UFSM.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Produção agropecuária*. <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/rs>
- Instituto Riograndense do Arroz. (2021). Boletim do arroz de base ecológica está disponível no site do Irga. <https://irga.rs.gov.br/boletim-do-arroz-de-base-ecologica-esta-disponivel-no-site-do-irga>
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Vozes.
- Lindner, M., & Medeiros, R. M. V. (2023). Agricultura orgânica em assentamentos rurais: a produção de arroz na região metropolitana de Porto Alegre-RS. *Caderno de Geografia*, 33(1), 400-409.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise* (Cabral, A. Trad.). Zahar.
- Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Vozes.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (G. Duveen, Org.; P. A. Guareschi, Trad.). Vozes.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2023). MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina. <https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>
- Santos, M., Souza, M. A., & Silveira, M. L. (1998). *Território: globalização e fragmentação* (4ª ed.). Hucitec; ANPUR.

- Santos, M. (2000). O papel ativo da geografia: um manifesto. *Revista Território*, 5(9), 103-109. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001134353>
- Silva, N. M. (2018). *Representações sociais sobre o assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS: confrontações entre mídias e a voz dos assentados* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul]. Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Zahar.
- Sperb, P. (2017). Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. BBC Brasil. <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>
- Von Der Weid, J. M. (2009). Um novo lugar para a agricultura: construção do futuro. In P. Petersen et al., *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* (pp. 74-65). Agricultura Familiar e Agroecologia.
- Woortmann, E. F. (2009). O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In E. P. Godoi, M. A. Menezes, & R. A. Marin (Orgs.), *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social* (pp. 119-129). UNESP.